

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Foi hoje aprovado pelo Parlamento Europeu, em votação final na sessão plenária, a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para Portugal, num montante 50,6 milhões de euros para ajudar os concelhos afetados pelos incêndios de 2017.

Os incêndios de 2017 afetaram sobretudo a região Centro do país, quer na tragédia de Pedrogão Grande, tal como em diversos fogos ocorridos nos meses de julho e agosto, mas também na tragédia final de 15 e 16 de outubro. Tal como proposto pelo PSD e bem executado pelo Governo de Portugal, a candidatura portuguesa a este Fundo incluiu a maioria dos concelhos afetados na região Centro e dessa forma conquistou a aprovação da Comissão Europeia e agora do Parlamento Europeu.

Importa recordar que é da mais elementar justiça que estas verbas sejam distribuídas de forma justa, equilibrada e proporcional aos concelhos cujos prejuízos foram contabilizados na candidatura portuguesa. A necessidade dessa repartição é reforçada pelo parecer elaborado pelo Parlamento Europeu que sublinha que estes 50,6 milhões de euros devem ser “utilizados de forma transparente, assegurando uma distribuição equitativa por todas as regiões afetadas”.

Por outro lado, a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia reforça a prioridade que é dada a Portugal em matéria de recuperação das zonas afetadas pelos incêndios. Neste sentido deve o Governo Portugal encarar esta oportunidade como uma “porta aberta” para propor, na reprogramação do Portugal2020, o reforço de fundos para fazer face aos prejuízos nas áreas atingidas pelos incêndios do ano passado, mas também para o combate à desertificação do interior e à reorganização do território. O objetivo é evitar que as tragédias de 2017 se repitam. Esta mesma ideia está defendida na Resolução do Parlamento Europeu hoje aprovada que diz ser “*favorável a que os Estados-Membros utilizem os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para a reconstrução das regiões afetadas; convida a Comissão a apoiar e a aprovar com celeridade a reafecção financeira dos acordos de parceria solicitada pelos Estados-Membros para esse efeito.*” Esta votação teve uma votação elevadíssima com 629 eurodeputados favor, 21 contra e 9 abstenções, algo muito raro no Parlamento Europeu.

Após este apoio claro do Parlamento Europeu, fica apenas dependente da vontade política do governo português aproveitar parte dos cerca de 15 mil milhões de euros do Portugal2020 que estão por executar para reforçar o apoio e investimento nas regiões de baixa densidade, em particular no interior.

Tendo em conta o disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, o(a)s Deputado(a)s do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio perguntar a S. Exa. o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1. Pretende o governo reprogramar o PT2020 no sentido de reforçar o apoio aos concelhos afetados pelos incêndios, combater a desertificação e reorganizar o território, tal como recomendado pelo Parlamento Europeu?
2. Sendo que faltam apenas menos de três anos para terminar o prazo de execução do PT2020 e de existirem ainda 15 mil milhões de euros para executar, que medidas pretende o governo desenvolver para aumentar a execução deste programa?
3. Tem já o governo definidos os critérios para a distribuição dos 50, 6 milhões de euros aprovados pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia?

Palácio de São Bento, 1 de junho de 2018

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

TERESA MORAIS(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

RUI CRUZ(PSD)

ISAURA PEDRO(PSD)

INÊS DOMINGOS(PSD)

ULISSES PEREIRA(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

ANA OLIVEIRA(PSD)

CARLA BARROS(PSD)

MARCO ANTÓNIO COSTA(PSD)

LUÍS VALES(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

Deputado(a)s

HELGA CORREIA(PSD)  
PEDRO ALVES(PSD)  
NUNO SERRA(PSD)  
MARIA DAS MERCÊS BORGES(PSD)  
EMÍDIO GUERREIRO(PSD)  
PAULO NEVES(PSD)  
MARIA GERMANA ROCHA(PSD)  
PEDRO ROQUE(PSD)  
PEDRO PIMPÃO(PSD)  
CRISTÓVÃO NORTE(PSD)  
SUSANA LAMAS(PSD)  
ANA SOFIA BETTENCOURT(PSD)  
BERTA CABRAL(PSD)  
BRUNO VITORINO(PSD)  
SÉRGIO AZEVEDO(PSD)  
RUBINA BERARDO(PSD)  
CRISTÓVÃO CRESPO(PSD)  
ANTÓNIO TOPA(PSD)  
ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)  
RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)  
MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)  
CARLOS PEIXOTO(PSD)  
LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)  
LUÍS PEDRO PIMENTEL(PSD)  
FELICIANO BARREIRAS DUARTE(PSD)  
FIRMINO PEREIRA(PSD)  
JOSÉ CARLOS BARROS(PSD)  
MIGUEL MORGADO(PSD)  
CARLOS COSTA NEVES(PSD)  
LUÍS CAMPOS FERREIRA(PSD)  
RUI SILVA(PSD)  
JOSÉ PEDRO AGUIAR BRANCO(PSD)  
SANDRA PEREIRA(PSD)  
JOSÉ ANTÓNIO SILVA(PSD)  
TERESA LEAL COELHO(PSD)  
EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)